

A diretriz ministerial... ou seria uma sugestão?¹

Elaborado por Andrew Graham

Os casos não precisam ser longos para serem exigentes e, às vezes, enganosamente complexos. O breve caso a seguir contém muitas das sementes de um dilema ético e gerencial típico do serviço público, embora apresentado de uma forma bastante semelhante a uma história.

Que variáveis estão em jogo aqui? Existe certo e errado? Quais são os riscos da ação e da inação? O que você faria?

O governo recém-eleito, depois de dois mandatos na oposição, estava em processo de estruturação. A primeira ordem para o ministro recém-nomeado foi reunir-se com seus assessores de alto escalão, a fim de obter informações mais atualizadas sobre as questões ministeriais. O secretário permanente coordenou as sessões de instrução durante várias horas. O ministro considerou que estava sendo bem-tratado e de forma profissional. No final das sessões, solicitou uma reunião particular com o secretário permanente.

“Quero lhe agradecer pelas informações de alta qualidade que recebi hoje. Posso ver que seu pessoal leu atentamente a plataforma do nosso partido. Fico feliz que tenham começado a pensar com base na direção que queremos seguir”.

“Levamos essas primeiras reuniões muito a sério, ministro. Queremos responder à orientação de governo e garantir que possa ser bem implementada. Obviamente, isso significará que terei que alertá-lo contra determinadas linhas de ação. Posso lhe garantir que isso somente ocorrerá após uma análise criteriosa dos fatos e algum esforço para tentar encontrar uma forma de atender aos seus objetivos”.

“Ah, tenho certeza de que teremos algumas daquelas conversas do tipo – Sim, ministro – ou o senhor as chama de ‘dizer a verdade ao superior’? Bem, tudo está correndo de forma apropriada. No entanto, há uma questão que me preocupa de fato. Provavelmente, é a única área em que me sinto muito pouco à vontade. A sua assistente para políticas públicas, Alice Dodds, infernizou a minha vida quando eu estava

na oposição. Ela liderou as ações perante a comissão da Câmara dos Deputados durante a revisão das despesas de governo. É dela a autoria daquela iniciativa de política pública sobre subsídios cruzados, à qual me opus com tanta veemência e que pretendemos reverter. Senhor secretário, não creio que possa trabalhar com ela. Não a quero na minha equipe de assessores de alto escalão. Espero que o senhor tome as providências necessárias para isso. Sei que não tenho autoridade nessa questão. Isso cabe à Comissão do Serviço Público e não ao Ministério. O senhor terá que resolver. Realmente, não vejo outra saída a não ser agir, e agir agora”.

Notas

- ¹ Elaborado por Andrew Graham para uso na Escola de Estudos de Políticas da Universidade de Queen.